+55 (21) 2544-2320
+ 55 (21) 9 8047-0601
contato@global.org.br
global.org.br
/justicaglobal

[RELEASE]

"O Brasil está em chamas", alerta a Justiça Global ao Conselho de Direitos Humanos à ONU

A organização fez intervenção em sessão do Conselho pedindo que sejam recomendadas medidas urgentes para conter a crise no país.

RIO DE JANEIRO–RJ, 18 DE SETEMBRO DE 2024 | A Justiça Global, organização não-governamental brasileira de defesa dos direitos humanos, tratou da questão dos incêndios florestais no Brasil na 57ª sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, que ocorre em Genebra, Suíça, entre 9 de setembro a 11 de outubro.

Na intervenção, limitada a 90 segundos, a organização destacou o carácter coordenados dos incêndios florestais que afetam florestas brasileiras na Amazônia, no Cerrado, no Pantanal e também na Mata Atlântica.

"O cenário resulta não apenas da seca histórica em importantes bacias hidrográficas e das altas temperaturas, mas também das múltiplas dimensões históricas da devastação ambiental e dos conflitos por terra que ocorrem na esteira do uso criminoso do fogo na cadeia do agronegócio", declarou.

Mais de 50 investigações já instauradas, segundo o governo federal. A Ministra do Meio Ambiente e Mudanças do Clima, Marina Silva, declarou que, neste momento, qualquer incêndio no Brasil é criminoso.

A apresentação foi feita virtualmente nesta segunda-feira (23), durante o debate geral no qual as organizações participantes puderam chamar a atenção do conselho sobre qualquer tema relacionado aos direitos humanos do mundo.

A organização apresentou as cenas de terror que tomaram os noticiários nas últimas semanas, com fumaça encobrindo 60% do território nacional, mudando a paisagem inclusive em Brasília e em São Paulo. Mais de 500 municípios declararam estado de emergência, inclusive Belém, sede da COP do Clima do próximo ano.

Na terça-feira (18), o governo do estado do Pará decretou emergência devido às queimadas e da seca na região, que afetam a agricultura, o abastecimento de água potável e outras atividades. Na data, o Pará era a unidade federativa com maior quantidade de focos de incêndio nas últimas 48 horas. Foram 1.149 focos em parques e áreas de proteção ambiental, além de outras áreas de preservação, conforme o Inpe.

+55 (21) 2544-2320
+ 55 (21) 9 8047-0601
contato@global.org.br
global.org.br
/justicaglobal

Quase 300 dos focos de incêndios foram registrados em apenas um dia na terra indígena Kayapó, que fica na cidade São Félix do Xingu. Segundo a Agência Nacional de Águas, a mesma terra indígena Kayapó enfrenta baixas severas no nível dos rios. Essa é a situação do rio Xingu e também do rio Tapajós, na cidade de Itaituba. As terras indígenas Capoto Jarina e Parque Indígena Xingu, no Mato Grosso, chegaram a registrar a formação de um "paredão de fogo"e já sofreram a queima de mais de 110 mil hectares, segundo o mais recente levantamento do Laboratório de Aplicações de Satélites Ambientais (Lasa).

"A sociedade civil do país clama que este Conselho que recomende a adoção de medidas urgentes de fortalecimento orçamentário, governança climática e de recuperação das regiões atingidas, bem como a proteção de defensores ambientais, a mitigação dos efeitos sobre a população mais vulnerável, a investigação e responsabilização dos incêndios criminosos e, não menos importante, que atue para barrar o marco temporal para demarcação de terras indígenas", concluiu a organização na intervenção ao conselho.

Para a Justiça Global, a reforma agrária e a garantia do direito à terra e ao territórios a comunidades tradicionais e povos indígena são fundamentais para enfrentar a crise climática. Mas a demarcação de terras indígenas de forma justa exclui a tese do marco temporal, defendida pela bancada ruralista do Congresso Nacional.

Recordes de focos de incêndio em diversas partes do país

Na última segunda-feira (16/09) o Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe) registrou mais de 2.300 focos de incêndio ativos no país. O Pará lidera com 1.012 áreas de queimadas; seguido do Mato Grosso, com 420; e o Tocantins, com 279 focos. O Distrito Federal tem o registro de 20 locais com incêndio.

A Amazônia tem a maior concentração dos focos de incêndio, com 59%, com o cerrado caindo para 36%. Desde o início de 2024, já foram praticamente 107 mil focos, um aumento de 75% em relação ao ano passado. Em outro estudo, o INPE apontou que a média de dias seguidos sem chuva aumenta de 80 para 100 no Brasil em 60 anos.

Em julho, o número de queimadas na Amazônia foi o maior registrado em duas décadas, com mais de 1.145 focos de queimadas no bioma, o maior número para o mês desde 2005 (Inpe). Ao final do primeiro semestre, o Pantanal e o Cerrado bateram recordes e registraram a maior quantidade de focos de incêndio desde 1998, início da série história de dados do Inpe.

Pesquisa do Laboratório de Análise e Processamento de Imagens de Satélites (Lapis), da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), publicado no periódico internacional Water, mostra que 55% do território nacional já foi afetado pela seca, que é a mais extensa já registrada.

+55 (21) 2544-2320
+ 55 (21) 9 8047-0601
contato@global.org.br
global.org.br
/justicaglobal

As bacias hidrográficas que estão atualmente em maior condição de criticidade são as dos rios: Paraguai (incluindo a região do Pantanal), Paraná e seus tributários, Amazonas e seus tributários (incluindo o Madeira, o Juruá, Purus, Negro e Alto Solimões), Tocantins, Araguaia, Jequitinhonha, Paraíba do Sul e São Francisco (principalmente na porção de cabeceira).

Direito humanos e meio ambiente

Em julho de 2022, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou uma resolução declarando que todas as pessoas no planeta têm direito a um meio ambiente limpo e saudável. Poucos dias antes, o Supremo Tribunal Federal (STF) havia equiparado Acordo de Paris a um tratado de direitos humanos no âmbito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n.708, que versa sobre a omissão do governo em destinar recursos do Fundo Clima, criado em 2009 para apoiar projetos de enfrentamento às mudanças climáticas.

Sobre a Justiça Global

A Justiça Global é uma organização não governamental sem fins lucrativos que, desde 1999, atua na defesa e promoção dos direitos humanos, por meio da incidência nos mecanismos internacionais de direitos humanos, na produção de dados e acompanhamento de casos emblemáticos, com foco na proteção da/os defensoras/es de direitos humanos e da democracia; na justiça socioambiental e climática; e no combate à violência institucional e na segurança pública.

MAIS INFORMAÇÕES:
imprensa@global.org.br